

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

13/07/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Auxílio por acidentes e doença somaram R\$ 544,2 mi em SP

Em 2017, os trabalhadores afastados por doença ou acidentes de trabalho no estado de São Paulo receberam R\$ 544,2 milhões em benefícios. Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o número de empregados que receberam auxílio-doença devido a acidentes variou entre 29,8 mil em janeiro do ano passado e 23,6 mil em dezembro. Ao longo de 2017, foram concedidos 50,5 mil benefícios a acidentados e adoecidos em todo o estado. As fraturas do punho e da mão foram a maior causa desses afastamentos, com 7,5 mil casos. Além das fraturas, há ainda os ferimentos nessa região, que somam 1,4 mil ocorrências e as amputações da mão, 1,2 mil. Foram registradas ainda 3,4 mil fraturas do antebraço. As fraturas da perna, pé e tornozelo somaram 8,5 mil casos. Em todo o país, foram 196,7 mil afastamentos por problemas de saúde relacionados ao trabalho. Somado com as aposentadorias por invalidez, o INSS desembolsou R\$ 1,6 bilhão em 2017 para trabalhadores vítimas de doenças ou acidentes de trabalho em São Paulo. Em dezembro eram 50,3 mil beneficiários nessa situação no estado.

Ambiente de trabalho.

São Paulo foi, em 2017, o estado com o maior número de autuações por não cumprimento das normas de segurança, representando 15,54% do total. Das 78,3 mil autuações aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao longo do ano, 12,2 mil foram em empresas paulistas, atingindo 3,3 mil estabelecimentos. A norma mais desrespeitada, com 2,6 mil registros, é a que estabelece a implementação de sistemas de segurança na indústria da construção. Até abril deste ano, já foram registrados mais de 1,5 mil casos em desacordo com a regra. Em 2018, o Ministério do Trabalho autuou, até o momento, 1,4 mil empresas paulistas, somando 5,4 mil autos de infração. Nacionalmente, a norma que tem mais casos de descumprimento é a da implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, responsável por 47,9% das autuações em 2017 e por 44,3% das registradas nos quatro primeiros meses deste ano.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 13/07/2018

Ministro suspende por 90 dias procedimentos sobre registro sindical

Nos primeiros dias no comando do Ministério do Trabalho, o ministro Caio Vieira de Mello, suspendeu por 90 dias todos os procedimentos de análise e publicações relativas ao registro sindical. A determinação está em portaria publicada na edição desta quinta-feira (12) do Diário Oficial da União. O texto especifica que ficam excluídos da regra da portaria os processos com determinação judicial para cumprimento. Em 1º de junho, o ministério já havia suspenso por 30 dias as análises, publicações de pedidos, publicações de deferimento e cancelamentos de registro sindical, após a deflagração da Operação Registro Espúrio, da Polícia Federal. No último dia 5, o então ministro do Trabalho, Helton Yomura, pediu exoneração do cargo após ter sido um dos alvos da Operação Registro Espúrio. A operação foi deflagrada no dia 30 de maio para apurar a suspeita de fraudes no registro de sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. Ao tomar posse, nesta terça-feira (10), o novo ministro Caio Vieira de Mello disse, em entrevista a jornalistas, que o ministério deveria funcionar de forma técnica e que iria examinar a necessidade de fazer uma revisão nos cargos da pasta após a terceira fase da Operação Registro Espúrio. Segundo Vieira de Mello, o presidente Michel Temer pediu que ele desse agilidade ao trabalho do ministério “e ajudasse a resolver os problemas que existem lá”.

Leia mais: Agência Brasil – <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

MP do saneamento abre brecha para taxa de lixo na conta de água

O novo marco legal do saneamento básico permite que tarifas de limpeza urbana sejam cobradas na conta de água e esgoto quando o serviço (de coleta e tratamento do lixo, por exemplo) for prestado em regime de delegação —que inclui as concessões a empresas privadas. O artigo não define de que forma seria feita essa cobrança —e, em caso de inadimplência, se há chance de ambos os serviços serem cortados. As companhias privadas de limpeza urbana veem a medida de forma positiva e defendem sua ampliação para outros serviços públicos, como energia, por exemplo, afirma Carlos Silva Filho, diretor-executivo da Abrelpe (associação brasileira de empresas de limpeza pública). "É uma forma para que não seja necessário expedir um folheto próprio [para a tarifa de lixo], basta fazer um acordo com uma concessionária de serviço público já existente. Isso otimiza a cobrança", diz. Para ele, há diversas maneiras para recolher as tarifas, que não necessariamente precisam ser unificadas, afirma. "Mas, o que precisa lembrar é que a tarifa é compulsória, não existe a opção de deixar de fazer o pagamento, porque o serviço é prestado de porta em porta", diz Silva Filho. Para Gustavo Magalhães, sócio do Fialho Salles, a falta de definição pode gerar controvérsia judicial, principalmente com órgãos de defesa do consumidor, em razão do risco de corte do abastecimento de água por uma falta de pagamento da taxa de lixo. O novo marco regulatório de saneamento, publicado pelo governo federal na segunda-feira (9) por meio de uma medida provisória, ainda terá de ser aprovado pelo Congresso. A MP também inclui um artigo que deverá pressionar prefeituras a criarem tarifas de lixo --o que atualmente é feito em apenas 4% das cidades, segundo a Abrelpe. Muitos prefeitos resistem à medida para evitar desgaste político, como ocorreu no caso da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (2001-2004), chamada de "Martaxa", após a implementação de uma taxa sobre o lixo urbano. O novo marco diz que os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverão ter sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada por taxas ou tarifas. Na prática, isso não obriga os prefeitos a criar uma tarifa, mas permite que órgãos de controle, como os tribunais de contas e procuradorias, anulem contratos que não se sustentem financeiramente, afirma Silva Filho.

Leia mais: [Jornal Folha de S. Paulo – 13/07/2018](#)

Fazenda irá reduzir projeção de alta do PIB de 2018 para 1,6%

O governo vai reduzir sua projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2,5% para 1,6% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018. A informação foi antecipada pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. A mudança será feita oficialmente durante a divulgação do relatório de receitas e despesas do governo, que será publicado na próxima semana. Os analistas de mercado ouvidos pelo Banco Central no boletim Focus esperam uma alta de 1,5%. Há quatro semanas, essa expectativa era de 1,9%. O BC revisou para baixo o desempenho esperado da indústria, comércio e serviços e consumo.

Leia mais: [Jornal Folha de S. Paulo – 13/07/2018](#)

Estudo da CNI mostra que 2,7 mil obras estão paradas no Brasil

O estudo "*Grandes obras paradas: como enfrentar o problema?*", da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que 2.796 obras estão paralisadas no Brasil, sendo que 517 (18,5%) são do setor de infraestrutura. A área de saneamento básico tem 447 empreendimentos interrompidos durante a fase de execução. Na sequência, aparecem obras de rodovias (30), aeroportos (16), mobilidade urbana (8), portos (6), ferrovias (5) e hidrovias (5). A CNI informou que obteve os dados com o Ministério do Planejamento. "Além de investir pouco em infraestrutura — apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) —, o Brasil joga no ralo um volume significativo dos recursos aportados no setor, em razão do excesso de obras que são interrompidas antes da entrega. As paralisações consomem recursos sem gerar benefícios para a sociedade e são, em geral, consequência de falhas na forma como o setor público executa seus projetos", diz a CNI. Entre as principais razões para a interrupção de obras, figuram problemas técnicos, abandono pelas empresas e dificuldades orçamentárias e financeiras. O trabalho integra uma série de 43 documentos sobre temas estratégicos que a CNI entregou aos candidatos à Presidência da República.

Fonte: Portal EBC — <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>